



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução Nº 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas/MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO I - Nº 96 - Sete Lagoas 24/06/2014

MESA DIRETORA (2013/2014)

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Márcio Paulino Torres - Lulu	PMN	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Secretário
Milton Saraiva	PP	1º Vice-Presidente
Pastor Fabrício	PMN	2º Vice-Presidente
Padre Décio	PP	2º Secretário

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 – Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do "Diário do Legislativo".

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2014.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2014.

1. A CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, por meio de seu Presidente, Vereador Márcio Paulino da Silva Torres, no uso de suas atribuições legais, considerando o Requerimento nº 021/2014 de autoria do Vereador Gilberto Pereira da Silva, aprovado na Reunião Ordinária ocorrida no dia 04/02/2014, e em observância a Lei nº 6.826/2003, CONVOCA entidades, autoridades e cidadãos interessados, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada conforme disposições a seguir:

2. Data, local e horário: dia 16 de julho de 2014, quarta-feira, no Plenário Dep. Wilson Tanure, Av. Getúlio Vargas, nº 111, 5º andar, centro, Sete Lagoas-MG, no horário de 13h30 às 17h30.

3. Do objetivo: discussão do Anteprojeto de Lei nº 012/2013 de autoria do Vereador Gilberto Pereira da Silva, que "Cria no âmbito do Município de Sete Lagoas o Programa Público de Incentivo à Piscicultura" cuja finalidade é o implemento da criação de tilápias no Município de Sete Lagoas, trazendo benefícios aos produtores rurais da região.

4. Da Programação:

13h30 – Credenciamento.

14h – Abertura oficial pelo Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, Vereador Márcio Paulino da Silva Torres.

14h15 – Apresentação do tema pelo Presidente da Sessão Vereador Gilberto Pereira da Silva.

14h30 – Manifestação das autoridades, profissionais e técnicos envolvidos com o tema.

16h15 – Manifestação dos Vereadores inscritos.

16h30 – Manifestação dos inscritos.

17h30 – Considerações finais, encaminhamentos e encerramento pelo Presidente da sessão.

4.1 - Ressalvada a abertura, os demais horários poderão ser modificados a exclusivo critério do Presidente da sessão, com o objetivo de dotar de racionalidade e eficiência os trabalhos, sem prejuízo dos objetivos da audiência.

5 - Da Forma de Apresentação:

5.1 - As inscrições de interessados em se manifestar na audiência poderão ser feitas na Av. Getúlio Vargas, nº 111, centro, sala 508, 5º andar, na Secretaria da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário de 13h às 17h; e no dia do evento até às 14h, no Plenário Deputado Wilson Tanure, 5º andar, junto a servidores do Legislativo.

5.2 - Os vereadores inscritos poderão se manifestar pelo prazo de 03 (três) minutos, estritamente sobre o assunto da audiência, tendo o interpelado igual prazo para responder, facultadas a réplica e a tréplica de acordo com o Presidente da sessão.

5.3 - O tempo destinado à manifestação de cada inscrito será concedido na razão do número total de inscrições realizadas pelo tempo total previsto neste edital para as manifestações. O Presidente e demais Vereadores poderão fazer perguntas aos inscritos para obtenção de esclarecimentos adicionais eventualmente necessários. Findas as manifestações dos inscritos, o Presidente da sessão poderá permitir outras manifestações, a seu critério e de acordo com o tempo disponível.

5.4 - O Presidente da sessão poderá interromper o expositor quando o mesmo extrapolar o tempo estabelecido, bem como nos casos em que o tema abordado não se referir ao objetivo da audiência.

6 – Das Disposições Gerais:

6.1 - Ao Presidente competirá dirimir as questões de ordem e decidir conclusivamente sobre os procedimentos adotados na audiência.

6.2 - Serão coibidas as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da audiência.

6.3 - Será lavrada ata resumida dos trabalhos da Audiência Pública para posterior divulgação no Diário do Legislativo, portal www.setelagoas.mg.leg.br.

Sete Lagoas, 23 de junho de 2014.

Márcio Paulino da Silva Torres
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2013/2014.

1. A CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS, por meio de seu Presidente, Vereador Márcio Paulino da Silva Torres, no uso de suas atribuições legais, considerando o requerimento verbal de autoria do Vereador Marcelo Pires Rodrigues, aprovado na Reunião Ordinária do dia 18/06/2014, e em observância a Lei nº 6.826/2003, CONVOCA entidades, autoridades, bem como cidadãos interessados, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada conforme disposições a seguir:

2. Data, local e horário: dia 11 de julho de 2014, sexta-feira, no Plenário Dep. Wilson Tanure, Av. Getúlio Vargas, nº 111, 5º andar, centro, Sete Lagoas-MG., no horário de 13h30 às 17h30.

3. Do objetivo: discussão do Projeto de Lei nº 184/2013 que "Dispõe sobre a transferência de permissão do serviço de táxi no Município de Sete Lagoas" e suas implicações em face da Lei Federal nº 12.587/12.

4. Da Programação:

13h30 – Credenciamento;

14h – Abertura Oficial;

14h15 – Apresentação do tema pelo Presidente da Sessão;

14h30 – Exposição das autoridades, profissionais e técnicos afetos ao tema em pauta;

16h15 – Manifestação dos Vereadores inscritos.

16h45 – Manifestação dos inscritos.

17h30 – Considerações finais, encaminhamentos e encerramento pelo Presidente da Sessão.

4.1 - Ressalvada a abertura, os demais horários poderão ser modificados a exclusivo critério do Presidente da sessão, com o objetivo de dotar de racionalidade e eficiência os trabalhos, sem prejuízo dos objetivos da audiência.

5 - Da Forma de Apresentação:

5.1 - As inscrições de interessados em se manifestar na audiência poderão ser feitas na Av. Getúlio Vargas, nº 111, centro, sala 505, 5º andar, na Secretaria da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, no horário de 13h às 17h; e no dia do evento até às 13h30, no Plenário Deputado Wilson Tanure, 5º andar, junto a servidores do Legislativo.

5.2 - Os vereadores inscritos poderão se manifestar pelo prazo de 03 (três) minutos, estritamente sobre o assunto da audiência, tendo o interpelado igual prazo para responder, facultadas a réplica e a tréplica de acordo com o Presidente da sessão.

5.3 - O tempo destinado à manifestação de cada inscrito será concedido na razão do número total de inscrições realizadas pelo tempo total previsto neste edital para as manifestações. O Presidente e demais Vereadores poderão fazer perguntas aos inscritos para obtenção de esclarecimentos adicionais eventualmente necessários. Findas as manifestações dos inscritos, o Presidente da sessão poderá permitir outras manifestações, a seu critério e de acordo com o tempo disponível.

5.4 - O Presidente da sessão poderá interromper o expositor quando o mesmo extrapolar o tempo estabelecido, bem como nos casos em que o tema abordado não se referir ao objetivo da audiência.

6 – Das Disposições Gerais:

6.1 - Ao Presidente competirá dirimir as questões de ordem e decidir conclusivamente sobre os procedimentos adotados na audiência.

6.2 - Serão coibidas as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da audiência.

6.3 - Será lavrada ata resumida dos trabalhos da Audiência Pública para posterior divulgação no Diário do Legislativo, site www.setelagoas.mg.leg.br

Sete Lagoas, 23 de junho de 2014.

Márcio Paulino da Silva Torres
Presidente da Câmara Municipal
Biênio 2013/2014.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2014, COM O OBJETIVO DE APRESENTAR E DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 058/2014 QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Em cumprimento à Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Câmara Municipal de Sete Lagoas, realizou no dia 11 de junho de 2014, no Plenário Deputado Wilson Tanure, sito à Avenida Getúlio Vargas, nº 111, Centro, audiência pública para discussão junto à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas, do Projeto de Lei nº 058/2014 que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Sete Lagoas para o exercício de 2015 e dá outras providências”. A abertura da reunião foi realizada pelo Cerimonial da Casa que informou que as inscrições continuam abertas. Logo após, o Cerimonial convidou para compor a mesa os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas, Vereadores Renato Gomes – Presidente, Joaquim Gonzaga Barbosa – Relator; o Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – Sr. Gil Rosa de Carvalho; a Coordenadora de Planejamento – Sra. Kátia Nogueira; Controlador Geral do Município – João Augusto Lanza; o Vereador Milton Maurício Martins; Controlador Interno da Câmara Municipal – Sr. Jorge Roberto; O Presidente desta Casa Legislativa – Vereador Márcio Paulino da Silva Torres. Foi lido o texto justificativa de ausência nesta Audiência dos Vereadores Alcides Longo de Barros e Décio Márcio Magela Abreu. O Cerimonial passou a palavra ao Vereador Renato Gomes que passou a presidir esta Audiência Pública. O Presidente cumprimentou a todos mencionando a importância desta Audiência, dizendo ser um passo importante para que o projeto seja votado com consciência, e lembrou a todos do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 058/2014 que termina no dia 23 de junho de 2014. Na sequência, retornou a palavra ao Cerimonial para fazer a leitura das partes mais importantes do Edital desta audiência, uma vez que o mesmo foi amplamente divulgado, encontrando-se a disposição no site desta Casa Legislativa. O Presidente passou a palavra ao Sr. Gil Rosa que cumprimentou a todos, ressaltando que esta audiência é uma conquista trabalhada na Lei. A Câmara está num ápice muito elevado, com vereadores focados para Gestão Pública. Informou que a LDO para 2015 é um trabalho em conjunto e citou a fundamentação legal da mesma que é a Lei nº 4.320/1964, a Constituição da República Federativa do Brasil 1988, a Lei Complementar nº 010/2000 e a Lei Orgânica do Município. Mencionou também a cronologia de trabalho para este ano, onde até 30 de junho este projeto tem que ser apreciado e votado, e até 30 de setembro temos que apresentar o PPA e a LOA que deverão ser apreciados e votados até 31 de dezembro, estabelecendo assim todo o gasto do Executivo. Dando prosseguimento, demonstrou a estrutura da LDO para 2015. Como foi feito e elaborado, contando com 11 itens. Demonstrou também os anexos de metas fiscais e relatório resumido da execução orçamentária, que foi realizado através de um manual de elaboração feito pelo Tesouro Nacional, pelo Governo. Um sistema tão bem elaborado que foi exportado para os EUA, porém a diferença é que lá, se não aprovar a Lei Orçamentária, para-se tudo. Não se vende mais nada. A Lei de Responsabilidade Fiscal nasceu para acrescentar. Estamos sempre avançando, progredindo, informando que essas explicações são para esclarecer que as tabelas não são feitas aleatoriamente. Muita gente questiona, diz que é complicado, porém estamos demonstrando que tudo vem do Tesouro Nacional, apenas preenchemos de acordo com as instruções do manual. Passou a palavra a Sra. Kátia Nogueira para que a mesma demonstrasse como é feito o preenchimento das tabelas, dos parâmetros econômicos. Sra. Kátia Nogueira disse que a LDO é extremamente contábil, e que a cada ano está melhorando o entendimento da mesma por todos. Quanto aos parâmetros, utilizamos o PIB real – união a taxa real de juro implícito sobre a dívida e a inflação média (LDO da União). Seguindo a metodologia apresentada pelo Tesouro, os manuais não tem legitimidade legal, por isso tem feito o estudo das receitas e despesas. Se não tivermos dentro da metodologia do Tesouro, não teremos avaliação das nossas contas. Todos os Municípios tem que usar a mesma metodologia. Informou que foi feita uma avaliação de como a LDO de 2014. Existe uma reprogramação com as metas previstas em 2013 (porcentagem do PIB), metas realizadas em 2013 (porcentagem do PIB) e a variação. A Secretaria de Planejamento tem que consolidar todos os trabalhos. A análise da receita é trabalhada primeiro nas receitas correntes e depois nas receitas de capital. É muito importante a fonte de Recurso e o código de aplicação. Temos que trabalhar com equilíbrio, nunca podemos gastar acima da receita. Hoje não podemos deixar contas para o Gestor que virá. Estamos demonstrando que a administração pública está trabalhando dentro de suas demandas mediante os números aqui demonstrados. Sete Lagoas, diante da demanda, não consegue arrecadar todos os recursos que a cidade demanda, por isso estamos precisando buscar outros meios, como abertura de crédito, convênios e outros para aumentar nossa capacidade de arrecadamento. O Município está sempre protegido para buscar recursos de investimentos. Informou que os números apresentados, podem apresentar variação, no momento que aparecerem novas captações de recursos. Temos trabalhado muito com novas negociações. Temos que prever receitas de capital que tem possibilidade muito grande de acontecerem, por isso temos trabalhado com fatores mais reais. Quanto apresentamos a LOA, está é mais próxima do real, onde vereadores tem muito claro. Dentro do contexto orçamentário temos que ter visão do que posso e não posso fazer. Temos que buscar quadro positivo. O Município não tem investimento se não buscar e não contrair dívidas, porém, com equilíbrio. Preferimos trabalhar com a dívida consolidada líquida. Demonstrou também a previsão do grupo de receitas 2015-2017, totalizando em 2015 R\$671.588.034,00; em 2016 R\$641.856.119,00 e em 2017 R\$607.368.758,00. Na leitura das receitas, o orçamento teve uma receita inferior a receita de capital. Dependemos da arrecadação do Governo Federal. Uma decisão de governo impacta positivamente ou negativamente numa receita de capital. Na previsão das despesas 2012-2017 demonstrou até onde o Executivo pode trabalhar sem gastar mais do que arrecada, lembrando que o Município não pode gastar mais de 60% do que arrecada em despesa com pessoal. Disse que trabalhar o orçamento e conhecer é muito importante. O recurso livre para o Executivo trabalhar é que vai delimitar todo o trabalho do Executivo, não esquecendo que temos que trabalhar com equilíbrio, temos que criar prioridades e estabelecê-las, colocando toda a máquina trabalhando com essas metas. Não podemos criar falsas expectativas. Temos que trabalhar mais com menos. O Município tem que estar atento todo o tempo, pois novas demandas estão sempre aparecendo. A previsão dos investimentos será repassada pelo Secretário de Planejamento. Na sequência demonstrou os principais investimentos de 2014. O Secretário Gil Rosa disse que temos que fazer a diferença para alcançarmos resultados. A captação de água tornou-se obrigação na cidade. Investimos 30 milhões na captação de água, com recurso vindo do BNDS. Citou a importância de termos um gestor forte, para junto a uma boa equipe buscar os recursos. O Vereador Gonzaga questionou quanto aos 30 milhões, se já está na conta e foi explicado que ele é liberado aos poucos, a medida que a obra vai sendo executada, conforme é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos que ter obra medida para liberação do dinheiro. A Sra. Kátia deu sequência nos investimentos. Canalização de obras pluviais no valor de 2,5 milhões; gestão de áreas verdes e fomentos no valor de 1,5 milhões; reformas e ampliações de escolas no valor de 2 milhões; PAC – OGU no valor de 70,2 milhões; PAC – AGUA ADUTORA – 4,7 milhões; PAC2 – AGUA ADUTORA – 2,2 milhões. O Secretário Gil Rosa informou que poucos municípios estão com esse PAC garantido. Sete Lagoas é uma das únicas. Informou também que parte da Construção do Hospital Regional, um investimento de 15 milhões, será inaugurada ainda esse ano. Dando continuidade foi apresentada as metas para 2015 que são: apoiar e fomentar polo tecnológico – 15 milhões. Precisamos investir nesta área para melhoria de nossos cidadãos nas fábricas e empresas daqui de Sete Lagoas; prédio da Câmara – 5 milhões; shopping popular – 0,3 milhões; Complexo Turístico Serra Santa Helena – 0,6 milhões, onde estamos buscando inclusive uma parceria alemã; fortalecimento da rede de segurança pública – 0,3 milhões; Palácio da Cultura – 10,2 milhões; Centro de Convenções – 30 milhões; infraestrutura esportiva – 6 milhões; creches para Rede Pública Municipal – 5,5 milhões. Lembrou que ainda temos elaboração da LOA, quando haverá ajustes, sendo apreciada por todos. O Presidente agradeceu a apresentação da Sra. Kátia, e aproveitou para reivindicar a realização das obras do PAC para o Kuwait, e passou a palavra ao Vereador Milton Martins que demonstrou sua preocupação com relação ao bairro Eldorado dizendo que tem 45 anos que o bairro não é lembrado. Mencionou também que quanto a Guarda Municipal, esta trabalha com 250.000,00 livre, é uma quantia insuficiente, bem como o recurso disponível para as quadras que também é insuficiente. Mencionou também que as quadras das escolas não são cobertas. Quanto ao tratamento de esgoto, questionou se o valor está efetivamente liberado, pois não podemos continuar liberando esgoto no Rio das Velhas. Solicitou do Secretário maiores explicações quanto a estes seus posicionamentos, inclusive quanto aos impostos muito altos, levando as Empresas a se retirarem da cidade. Questionou quanto a AMBEV e IVECO que na realidade não contratam prestadores de serviços de Sete Lagoas, questionando sobre os impostos das mesmas. Disse que a revitalização da lagoa central deixou a desejar, não foi toda recomposta. O Turismo ainda é insuficiente e a cidade está se tornando uma área industrializada. O Presidente Renato Gomes informou que quanto a Lagoa Paulino foi constatado que não houve autorização da Secretaria de Meio Ambiente para esvaziar toda a lagoa para fazer sua revitalização, e que a empreiteira que ganhou a licitação abandonou a obra no meio e a responsabilidade pelo restante da obra ficou a cargo da Prefeitura. O Vereador Gonzaga disse que os vereadores precisam fiscalizar o Executivo, pois a dívida consolidada está em torno de 133 milhões, questionando se existe algo ainda a acrescentar nesse valor. Informou que apresentou um projeto para que a Câmara fique online com o Executivo em tempo real. Disse que a contabilidade aceita tudo, perguntando qual o caminho para emendas impositivas. O Presidente informou ao nobre colega e aos presentes que se coloca sempre atento e sempre tem sanado suas dúvidas junto à procuradoria desta Casa. O Sr. Jorge Roberto do Controle Interno desta Casa enfatizou que está a 10 anos no Controle Interno e ainda não sabe tudo quanto a LDO. A cada audiência aprende mais um pouco. Quanto a solicitação de interligação da Câmara e Prefeitura disse que sempre sugeriu a possibilidade de acompanhar passo a passo a contabilidade da Prefeitura. Quanto as prioridades do Governo atual, citou a economia que a construção do prédio da Câmara vai gerar. Quanto a segurança, disse que melhorou, porém, ainda precisa melhorar mais. O Presidente, Vereador Renato Gomes mencionou o quanto é importantes termos mais mecanismos fiscalizadores, e solicitou ao Secretário de Planejamento que falasse a respeito do portal transparência do Município. Dando continuidade ao Edital, passou-se a manifestação dos inscritos. Sr. Luciano Gonçalves da Associação dos Amigos do Barreiro disse que desde 2011 acompanha as audiências, vendo o crescimento das mesmas. Porém, disse que vê também que a construção da quadra do Barreiro ainda encontra-se parada desde 2011, sendo que a mesma é uma obra de R\$100.000,00. Disse também que 8% das Empresas que contribuíram para o VAF estão localizadas no bairro Barreiro, e mesmo assim, não conseguimos melhoria para o bairro. Mencionou que existe um projeto para transformar o bairro Barreiro num Distrito, mas não adianta nada se não tivermos o Executivo trabalhando junto ao bairro. O Presidente, Vereador Renato Gomes, informou que quanto a construção da escola no bairro, ele tem tentado junto ao Executivo e que existe uma pendência de documentos, mas ele está trabalhando junto ao Planejamento. O Vereador Márcio Paulino, Presidente desta Casa Legislativa perguntou ao Presidente da Audiência, Vereador Renato Gomes, se já existe o terreno para construção da escola, e o Vereador Renato Gomes informou que é isso que ele está pleiteando junto ao Planejamento. O Vereador Milton Martins informou que fez um requerimento solicitando agilizar a liberação de um terreno para esta finalidade e até o momento não obteve resposta, dizendo que os vereadores são o vínculo direto do Executivo com a população. O Presidente passou a palavra à Sra. Maria Antonina de Sales – Gabinete do Vereador João Evangelista, que reivindicou a colocação de índices eficientes nos Projetos da LDO, PPA e LOA para que possamos acompanhar adequadamente todas as explicações. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Secretário de Planejamento para suas respostas aos questionamentos. Sr. Gil Rosa informou à Sra. Antonina que sua reivindicação será acatada e o índice será providenciado. Sra. Kátia Nogueira esclareceu que quanto ao Kuwait temos uma planilha de reprogramação já elaborada e apresentada junto à Caixa para as obras do PAC, já em fase de aprovação. Quanto ao bairro Eldorado, a Secretaria de Planejamento recebe as demandas de cada secretaria, para estabelecer as prioridades. Quanto as escolas, informou que não tem prioridade como o nível médio e sim com nível base, e que as demandas são de acordo com cada região da cidade. Se não temos ainda por lá, é porque o índice de habitação é menor, quando a Secretaria de Educação deve estar estudando ainda o bairro, mas disse que repassará a Secretaria de Educação o que foi aqui mencionado. Trabalhamos com o modo de demanda reprimida, onde o Município pode crescer, mas só vai desenvolver se tiver educação e saúde. Escola é prioridade do Prefeito, porém temos demandas prioritárias de acordo com a Secretaria de Educação. Sr. Gil Rosa informou que as vezes o Legislativo menciona prioridades que o Executivo desconhece. Através de emendas é que o Vereador contribui e adequa as reivindicações. Sra. Kátia Nogueira informou que estas emendas tem que estar acompanhadas de justificativas suficientes para adequá-las ao projeto, e que dentro da ordem de prioridades, todos serão atendidos. Mencionou também, que Segurança Pública não é obrigação municipal, porém a Administração está trabalhando junto a segurança, melhorando a sinalização de trânsito, a segurança nas escolas, monitorando a área de fuga da cidade. Estamos procurando investir no que causa a criminalidade, através da educação e do esporte. Sr. Gil Rosa frisou que se necessário será feito ajustamentos na LOA. Informou também que será instalado câmeras de segurança na UPA, no Hospital Regional interligado à Prefeitura para auxiliar na segurança. Sra. Kátia disse que precisamos educar o cidadão para não depredarem o que a administração tem realizado. O Vereador Márcio Paulino mencionou a necessidade de mudar o código penal, se dizendo otimista. Sra. Kátia disse que quanto a Lagoa Paulino, ela particularmente acha o centro lindo, mas sempre estamos precisando de melhoria, e que já estamos trabalhando na Lagoa da Catarina. Quanto a receita tributária disse que não é competência de estabelecimento de regras. Informou que está havendo capacitação de funcionários, porém é uma área que a Secretaria da Fazenda é quem pode informar melhor. Quanto ao turismo, o Prefeito tem muitos projetos, porém precisamos ter calma para realizá-los. Não adianta fazermos grandes investimentos no turismo se não tivermos uma infraestrutura adequada. A cidade tem que se estruturar no conjunto para receber o turismo, e isto tem que ser feito por partes. A dívida consolidada inclui a previdenciária. Previsão é daquilo que já existe e que está por vir. Endividamento um pouco maior vai nos dar o retorno que precisamos. A manutenção posterior gera economia e controle. A reserva de contingência é para contingenciar riscos. Antes era para comção social ou sinistros ou calamidades públicas. Hoje serve para suplementação para suprir demandas. Sr. Gil Rosa posicionou que a Lei foi alterada por ser uma verba grande que ficava parada. Sra. Kátia citou que a base de cálculo da saúde e educação é vinculada a impostos e receitas correntes. É impossível tirarmos 3% da corrente líquida e deixarmos essa quantia parada para reserva de contingência. As receitas vinculadas têm que ser destinadas ao vínculo. A Guarda Municipal, se estiver lotada nos agentes de trânsito, podemos utilizar a receita dos agentes, mas tem que estar vinculado. Quanto a gestão para resultados, Sete Lagoas alcançou 1º lugar nos três prêmios “Prêmio Mineiro de Empreendedorismo e Gestão para Resultados Municipais”. Disse que o mais difícil é implantar, e agora estamos conseguindo, mediante a capacitação das pessoas. Quanto as quadras do bairro Barreiro, vamos verificar junto ao Secretário de Esportes. Em resposta à Sra. Antonina, informou que o processo é complexo sim, mas para facilitar o entendimento é primordial a presença dos vereadores e assessores nesta audiência. O Sr. Gil Rosa respondeu quanto a evasão da Empresas, que Sete Lagoas colabora sempre junto a essas empresas e até o momento, elas não deram nada para a cidade. Na tecnologia do Município, até hoje não existe fibra optica nem no prédio da Câmara. Mencionou que ocorre sim a demora da execução de certos serviços, mas nesse caso não. O sistema de unificação poderá acontecer mediante a implantação do sistema de gestão que é obrigatório por lei, e que já está em andamento. Temos que moldar este sistema que não é fácil. Quanto ao Portal Transparência, até semana que vem acreditado que já está pronto, porém ele está amarrado ao sistema de gestão. Quanto ao orçamento impositivo informou que foi um tiro no pé do Governo, dizendo que tem que ter um compromisso do Deputado Federal com o Município. O Vereador Márcio Paulino lembrou que continua 70% gasto com pessoal, numa Câmara que aumentou o número de vereadores e consequentemente o número de funcionários. Sr. Gil Rosa mencionou que existem condições para reverter situações, tem que saber utilizá-las. O Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Márcio Paulino deixou aberta a Escola do Legislativo para a realização de uma oficina para elaboração das emendas. O Presidente agradeceu a todos os presentes, declarando encerrada a Audiência. A íntegra desta Audiência Pública, encontra-se à disposição de todos na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Câmara Municipal de Sete Lagoas, 11 de junho de 2014, Jaqueline Helena Alves, matrícula 004, Secretária Geral da Câmara Municipal